

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE REMO (F.P.R.) Fundação - Abril de 1920		Ficha Atualização 31.08.2015
<p>SEDE Lisboa Doca de Santo Amaro 1350-353 LISBOA</p> <p>CONTATOS Telefone: (+351) 21 392 98 40 Telefaxe: (+351) 21 392 98 49</p> <p>E-Mail: geral@fpremo.pt</p> <p>Sítio Internet: http://www.fpremo.pt</p>	<p>UTILIDADE PÚBLICA Despacho do Primeiro-Ministro, de 15.06.1978 DR, IIª Série, n.º 139, Suplemento, de 20.06.1978</p> <p>UTILIDADE PÚBLICA DESPORTIVA . Despacho n.º 53/1993, de 29.11.1993 DR, IIª Série, n.º 288, de 11.12.1993 . Despacho n.º 23/1995, de 18.04.1995 DR, IIª Série, n.º 102, de 03.05.1995</p> <p>RENOVAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA DESPORTIVA Despacho n.º 7845/2013, de 06.06.2013 DR, IIª Série, n.º 115, de 18.06.2013</p>	
<p>Fins estatutários</p> <p>«A F.P.R. é a entidade máxima da modalidade do REMO, organizando e desenvolvendo a modalidade a nível nacional de acordo com os princípios da liberdade, da democraticidade, da representatividade e da transparência. A F.P.R. tem por fim prosseguir, entre outros, os seguintes objectivos: a) Representar, difundir, promover, controlar, dirigir e regulamentar a prática da modalidade do Remo em Portugal, em todas as suas disciplinas, variantes e competições;»</p> <p><i>(Extrato do artigo 3.º dos Estatutos da F.P.R.)</i></p>		
<p>Órgãos Sociais (Artigo 24.º dos Estatutos) A F.P.R. comporta a seguinte estrutura orgânica:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Assembleia Geral; b) Presidente; c) Direção; d) Conselho Fiscal; e) Conselho de Disciplina; f) Conselho de Justiça; g) Conselho de Arbitragem. <p>Composição da AG - 91 Delegados (Artigo 30.º dos Estatutos)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Associados efetivos - 63 delegados; - Treinadores - 7 delegados; - Árbitros - 7 delegados; - Atletas/Praticantes - 14 delegados. <p>Atual Direção Presidente - Luís Neto Ahrens Teixeira Presidente Mesa da Assembleia Geral - António Vieira Nunes</p> <p>Órgãos Sociais - 2013 - 2016 http://www.fpremo.pt/uploads/files/Orgaos_Sociais/FPR_2013_2016_Orgaos_Sociais.pdf</p>	<p>Organização</p> <p>Modalidade olímpica</p> <p>«É um desporto de velocidade, praticado em barcos estreitos, nos quais os atletas se sentam sobre bancos móveis, de costas voltadas para a meta, usando os braços, tronco e pernas para mover o barco o mais depressa possível, em geral em rios, lagoas, enseadas ou pistas construídas especialmente para a prática da modalidade, mas por vezes também no mar. Pode ser praticado em diferentes categorias, desde barcos para uma pessoa, duas, quatro ou oito.</p> <p>Cada remador pode conduzir o barco utilizando um ou dois remos dependendo do tipo de barco. Alguns barcos ainda podem ter incluída a presença de um timoneiro responsável por dar o ritmo da remada aos atletas.</p> <p>O Remo é um desporto muito completo, quer do ponto de vista dos atletas envolvidos (todos os grandes grupos musculares), quer do ponto de vista da demanda fisiológica que supõe. Na verdade, trata-se de um desporto de resistência-força, ou seja, um desporto que exige níveis muito elevados de força muscular e de resistência à fadiga. Assim, os remadores são, usualmente, muito fortes e bem musculados e possuem uma muito elevada capacidade aeróbica, para poderem oxigenar a grande quantidade de massa muscular utilizada no seu desporto. As provas masculinas geralmente são disputadas em distâncias de 2.000 metros, com exceção de 1900 (1.750 metros), 1904 (1.500 milhas), 1908 (1.500 milhas) e 1948 (1880 metros).</p> <p>O remo é uma modalidade disputada nos Jogos Olímpicos desde a edição de Paris, em 1900, e uma das mais exigentes em termos físicos. Também estava programado para os primeiros Jogos Olímpicos, em 1896, mas foi cancelado devido a problemas climatéricos em Atenas. É um desporto náutico praticado com um carácter organizado desde meados do século XIX e desde muito cedo foi integrado no programa oficial dos Jogos Olímpicos.</p> <p>Este desporto consagrou um dos maiores desportistas mundiais de todos os tempos, o britânico Sir Steve Redgrave, que foi seis vezes campeão nesta modalidade olímpica. O Remo português tem tradições de participação olímpica desde os Jogos de Londres de 1948, quando o Shell de 8 voltou aos Jogos de Helsínquia. Mais tarde, em Roma 1960, voltou o Quadri-sculm com timoneiro. Os Jogos de Munique de 1972 marcaram a presença de barcos mais pequenos, com a primeira participação em Skiff e Double-sculm.</p> <p>Seguiu-se um hiato de 22 anos, até Barcelona, onde o Double-sculm de Daniel Alves e João Santos terminou na 18ª posição. E finalmente o Quadri-sculm de novo em Atlanta 1996, de onde saiu com um 15º lugar.</p> <p>A dupla Fraga-Mendes participou na pista de Pequim numa das mais disputadas provas de Remo, o Double-sculm Leve, e na pista de Londres (2012) obtiveram a melhor classificação portuguesa até agora nesta modalidade, um 5º lugar.»</p> <p><i>Fonte - Comité Olímpico de Portugal</i></p>	

Origens

A origem do Remo como prática desportiva em Portugal terá tido o seu início na segunda metade do século XIX. Até essa data, o seu exercício estava reservado aos profissionais, sendo contudo conhecidas disputas entre embarcações de transporte de passageiros e entre as guarnições dos navios da Armada Real, as quais despertavam o interesse de multidões que afluíam às margens e aplaudiam com entusiasmo.

São célebres, pelo menos a partir de 1853, as Regatas de Paço de Arcos, em barcos à vela e a remos, promovidas pelo Conde das Alcáçovas e por um grupo de aristocratas, por ocasião dos festejos anuais.

No alvorecer do século XX despertavam grande interesse as regatas em gigas de quatro e de seis remos. No entanto, a falta de uniformidade nas características das embarcações, a que se juntava uma deficiente regulamentação, suscitavam frequentes conflitos que, em alguns casos, conduziam à quebra de relações entre as principais agremiações náuticas.

A necessidade de regulamentação das regatas de Remo mereceu alguma reflexão no Congresso Marítimo Nacional, promovido pela Liga Naval Portuguesa, em 1902, sem que contudo daí resultasse alguma alteração tendo, no entanto, sido aprovada a tese "Impulsionamento do rowing nacional. Sua utilização possível na educação física do povo português".

Em 1904, a pedido de Joaquim Leote, as principais associações náuticas de Lisboa concorrem à criação da Taça Lisboa

O ano de 1919 é marcado pela realização, na Figueira da Foz, do Campeonato Internacional de Remo para comemorar a vitória das forças aliadas da Primeira Guerra, onde seria disputada a Taça da Vitória. Podiam concorrer a este campeonato todas as colectividades desportivas nacionais e estrangeiras legalmente constituídas.

Primeira participação de Portugal nos Campeonatos da Europa Remo

A Federação Nacional de Remo (atual FPR) foi criada em 1920 e em 1922 inscreve-se na FISA, o que lhe permite fazer-se representar nos campeonatos da Europa em Como, Itália, em 1923, com uma tripulação do Sport Clube do Porto e, em 1926, em Lucerna, Suíça, com uma tripulação do Clube Naval de Lisboa.

No ano 2002, depois de um processo iniciado em 1997, é inaugurada a pista de Montemor-O-Velho, obedecendo o seu projeto às especificações da FISA para pistas internacionais. Em 2003, e depois de uma primeira participação no ano anterior, uma tripulação de Remo Adaptado de Soure conquista a primeira medalha num campeonato do mundo.

A prática desportiva do Remo tem-se diversificado nos últimos tempos e encontramos hoje nos planos de atividade federativos o Remo Indoor, o Remo de Mar, o Remo Adaptado e o Remo de Turismo.

A conquista do primeiro título mundial da sua história, em 1999, a organização do Congresso Extraordinário da FISA na cidade do Porto em 2001, com a presença de 200 delegados de 60 países, e a realização em Montemor - O - Velho, em Agosto de 2002, da Coupe de la Jeunesse, competição onde estiveram presentes 400 participantes de 10 países europeus, deram à Federação e ao País, uma visibilidade exterior impensável poucos anos atrás.

Fontes

http://www.cninfante.pt/historia_remo_portugal.php

<http://remo-historia.blogspot.pt/>

Fundação da Federação Portuguesa de Remo

A Federação Portuguesa de Remo, abreviadamente designada por F.P.R., foi fundada no Congresso Náutico Nacional, realizado na cidade do Porto em Abril de 1920.

Clubes fundadores:

Associação Naval de Lisboa

http://www.anl.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=126

Associação Naval 1º de Maio

<https://www.facebook.com/naval1demaio>

Clube Fluvial Portuense

<http://www.fluvial.pt/clube/historia/>

Clube Naval de Lisboa

http://www.clubenavaldelisboa.pt/index.php?text_id=2

Ginásio Clube Figueirense

<http://www.ginasiofigueirense.com/paginas/historia.php>

Sport Clube do Porto

<http://www.sportclubdoporto.com/node/3>

Sport Algés e Dafundo

<http://www.sportalgesdaefundo.com/clube/>

Nótula - Incidente de suspensão do estatuto de Utilidade Pública Desportiva

Criada em 1920, a FPR é uma instituição declarada de utilidade pública desde 1978.

O estatuto de UPD foi concedido em 1993, através do Despacho n.º 53/93, de 29 de novembro (DR, IIª Série, n.º 288, de 11.12.1993), suspenso durante um período, até a Federação ter adaptado os seus regulamentos ao prescrito no DL 144/93, de 26 de abril, O estatuto foi readquirido através do Despacho n.º 23/95, de 18 de abril (DR, IIª Série, n.º 102, de 03.05.1995).

	<p>Representação Nacional Comité Olímpico de Portugal (COP) http://comiteolimpicoportugal.pt/federacoes-olimpicas/ Comité Paralímpico de Portugal (CPP) http://www.comiteparalimpicoportugal.pt/Paginas/membros.aspx Confederação de Desporto de Portugal (CDP) http://www.cdp.pt/cdp/confederacao/associados.html?start=50</p> <p>Representação Internacional Fédération Internationale des Sociétés d’Aviron (F.I.S.A.) http://www.worldrowing.com/fisa/national-federations/</p>
Historial	http://www.cninfante.pt/historia_remo_portugal.php http://remo-historia.blogspot.pt/
NIF	501 545 778
Estatutos	Aprovação em AG - 11.04.2015 http://www.fpremo.pt/uploads/files/Regulamentos/20150411_Estatutos_FPR_2015.pdf
Atividade desportiva	<p>Objetivos principais para 2015:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o número de praticantes, particularmente do remo jovem, remo feminino e remo adaptado; • Melhorar o nível médio dos praticantes de competição; • Melhorar os resultados desportivos da equipa nacional; • Lançar um programa de Detecção de Talentos que venha, num espaço de dois anos, a alimentar as equipas nacionais; • Dinamizar outras vertentes (remo não olímpico), com aumento da visibilidade do remo e do número de praticantes; • Estabelecer uma atividade regular de Formação de Recursos Humanos que vá de encontro às necessidades da modalidade; <p>Ações a desenvolver em 2015:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dinamização de ações para a captação de jovens praticantes, para reverter o progressivo aumento da idade média dos atletas filiados; • Dinamização de ações para a captação de praticantes do sexo feminino, para combater a progressiva “masculinização” do remo nacional; • Dinamização das parcerias já estabelecidas e a estabelecer no âmbito do desporto adaptado, aumento do apoio aos clubes no desenvolvimento desta vertente; • Integração dos calendários regionais, nacionais e internacionais e alterações regulamentares tendo em vista o aumento da competitividade nas regatas e campeonatos nacionais; • Apoio dos centros regionais de treino aos atletas de potencial que não integrem a equipa nacional (através também da equipa de desenvolvimento); • Descentralização da gestão, com retoma da atribuição de projetos e de apoios financeiros à base de praticantes, nomeadamente clubes e associações regionais (AR’s); • Apoio à elaboração de projetos de melhoria dos clubes e apoio no contacto com entidades locais, regionais e nacionais; • Participação da FPR em parcerias com os centros de formação desportiva do Desporto Escolar, dinamizando a participação dos clubes a nível local; • Apoio ao Conselho de Arbitragem nas ações que se mostrem relevantes para melhorar as condições de trabalho e competências dos árbitros; • Desenvolvimento de um projeto-piloto (com o IPDJ) de dinamização da prática informal do Remo de Mar
Filiados	Elementos provisórios colhidos no âmbito do IPDJ, I.P., sujeitos a confirmação, apontam para a existência de 1479 praticantes federados em 2014, sendo 332 mulheres. <i>Fonte - IPDJ, I.P.</i>
Regulamentos	Regulamento Eleitoral (29 de Setembro de 2014) http://www.fpremo.pt/uploads/files/Regulamentos/20150411_Regulamento_Eleitoral_2015.pdf Regulamento Antidopagem (26 de Fevereiro de 2010) http://www.fpremo.pt/uploads/files/Regulamentos/20100626_Regulamento_Antidopagem_FPR.pdf Regulamento de Arbitragem (31 de Outubro de 2013) http://www.fpremo.pt/uploads/files/Regulamentos/20131031_Regulamento_Arbitragem.pdf Regulamento de Disciplina http://www.fpremo.pt/uploads/files/Regulamentos/20100626_Regulamento_Disciplina_FPR.pdf Regulamento Nacional de Regatas http://www.fpremo.pt/uploads/files/Regulamentos/20131014_Regulamento_Nacional_Regatas.PDF

	<p><i>Para mais informação, consultar a federação</i> http://www.fpremo.pt/regulamentos</p>
<p>Planos de Atividades e Relatórios</p>	<p>Plano de Atividades e Orçamento 2015 http://www.fpremo.pt/uploads/files/Plano_Actividades/20141206_PAO_2015.pdf</p> <p>Plano de Atividades e Orçamento 2014 http://www.fpremo.pt/uploads/files/Plano_Actividades/20140101_Plano_Atividades_Orçamento.pdf</p> <p>Relatório e Contas 2014 http://www.fpremo.pt/uploads/Files/RelatoriosContas/20150411_Relatorio_Actividades_FPR2014.pdf</p> <p>Relatório e Contas 2013 http://www.fpremo.pt/uploads/Files/RelatoriosContas/20140412_Relatorio_Contas_FPR.pdf</p> <p><i>Para mais informação, consultar a federação</i> http://www.fpremo.pt/planos-atividades-orçamento http://www.fpremo.pt/relatorios-contas</p>
<p>Contratos-Programa</p>	<p>Contrato n.º 81/2012 - DR 26 SÉRIE II de 2012-02-06 Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/47/DDF/2012, celebrado entre o IDP, I. P., e a Federação Portuguesa de Remo - aditamento aos contratos-programa de desenvolvimento desportivo n.º 83/DDF/2011, n.º 84/DDF/2011 e n.º 85/DDF/2011 http://dre.pt/pdf2s/2012/02/026000000/0440904409.pdf</p> <p>Contrato n.º 345/2012 - DR 121 SÉRIE II de 2012-06-25 Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/177/DDF/2012, celebrado entre o IPDJ, I. P., e a Federação Portuguesa de Remo http://dre.pt/pdf2s/2012/06/121000000/2208022082.pdf</p> <p>Contrato n.º 346/2012 - DR 121 SÉRIE II de 2012-06-25 Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/176/DDF/2012, celebrado entre o IPDJ, I. P., e a Federação Portuguesa de Remo http://dre.pt/pdf2s/2012/06/121000000/2208222084.pdf</p> <p>Contrato n.º 381/2012 - DR 126 SÉRIE II de 2012-07-02 Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/175/DDF/2012, celebrado entre o IPDJ, I. P., e a Federação Portuguesa de Remo http://dre.pt/pdf2s/2012/07/126000000/2303723039.pdf</p> <p>Contrato n.º 425/2012 - DR 136 SÉRIE II de 2012-07-16 Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/13/DFQ/2012, celebrado entre o IPDJ, I. P., e a Federação Portuguesa de Remo http://dre.pt/pdf2s/2012/07/136000000/2496324965.pdf</p> <p>Contrato n.º 574/2013 - DR 180 SÉRIE II de 2013-09-18 Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/295/DDF/2013, celebrado entre o IPDJ, I. P., e a Federação Portuguesa de Remo http://dre.pt/pdf2s/2013/09/180000000/2898128983.pdf</p> <p>Contrato n.º 575/2013 - DR 182 SÉRIE II de 2013-09-20 Contrato-programa de desenvolvimento desportivo CP/294/DDF/2013, celebrado entre o IPDJ, I. P., e a Federação Portuguesa de Remo http://dre.pt/pdf2s/2013/09/182000000/2916029162.pdf</p> <p>Contrato n.º 580/2013 - DR 184 SÉRIE II de 2013-09-24 Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/296/DDF/2013, celebrado entre o IPDJ, I. P., e a Federação Portuguesa de Remo http://dre.pt/pdf2s/2013/09/184000000/2931729319.pdf</p> <p>Contrato n.º 636/2013 - DR 206 SÉRIE II de 2013-10-24 Contrato-programa de desenvolvimento desportivo CP/041/DFQ/2013, celebrado entre o IPDJ, I. P., e a Federação Portuguesa de Remo http://dre.pt/pdf2s/2013/10/206000000/3174931750.pdf</p> <p>Contrato n.º 748/2013 - DR 221 SÉRIE II de 2013-11-14 Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/319/DDF/2013, celebrado entre o IPDJ, I. P., e a Federação Portuguesa de Remo - aditamento ao contrato-programa de alto rendimento e seleções nacionais n.º CP/296/DDF/2013 http://dre.pt/pdf2s/2013/11/221000000/3346133462.pdf</p>

	<p>Contrato n.º 820-B/2013 - DR 252 SÉRIE II, 2º SUPLEMENTO de 2013-12-30 Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/383/DDF/2013, celebrado entre o IPDJ, I. P., e a Federação Portuguesa de Remo http://dre.pt/pdf2s/2013/12/252000002/0001100011.pdf</p> <p>Contrato n.º 820-C/2013 - DR 252 SÉRIE II, 2º SUPLEMENTO de 2013-12-30 Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/384/DDF/2013, celebrado entre o IPDJ, I. P., e a Federação Portuguesa de Remo http://dre.pt/pdf2s/2013/12/252000002/0001100012.pdf</p> <p>Contrato n.º 77/2014 - DR 24 SÉRIE II de 2014-02-04 Contrato-programa de desenvolvimento desportivo CP/45/DDF/2014, celebrado entre o IPDJ, I. P., e a Federação Portuguesa de Remo - aditamento aos contratos-programa de desenvolvimento desportivo CP/294/DDF/2013, CP/295/DDF/2013 e CP/296/DDF/2013 http://dre.pt/pdf2s/2013/12/252000002/0001100012.pdf</p> <p>Contrato n.º 382/2014 - DR 116 SÉRIE II de 2014-06-19 Contrato-programa de desenvolvimento desportivo CP/116/DDF/2014, celebrado entre o IPDJ, I. P., e a Federação Portuguesa de Remo http://dre.pt/pdf2s/2014/06/116000000/1597015973.pdf</p> <p>Contrato n.º 43/2015 - Diário da República n.º 26/2015, Série II de 2015-02-06 Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/48/DDF/2015, celebrado entre o IPDJ, I. P. e a Federação Portuguesa de Remo - Aditamento ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/116/DDF/2014 https://dre.pt/application/file/66396458</p> <p>Contrato n.º 327/2015 - Diário da República n.º 87/2015, Série II de 2015-05-06 Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo CP/98/DDF/2015, celebrado entre o Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P. e a Federação Portuguesa de Remo - Atividades Regulares https://dre.pt/application/file/67148126</p> <p><i>Para mais informação, consultar sítio Internet do IPDJ, I.P.</i> http://www.idesporto.pt/ContratosPrograma.aspx?id=82&idMenu=3</p>
<p>Legislação específica aplicável</p>	<p>Náutica de Recreio</p> <p>Regulamento da Náutica de Recreio Decreto-Lei n.º 124/2004, de 25 de maio Aprova o Regulamento da Náutica de Recreio http://dre.pt/pdf1s/2004/05/122A00/32813295.pdf</p> <p>Regulamento da navegação de recreio em albufeiras Portaria n.º 127/2006, de 13 de fevereiro Disciplina a navegação de recreio em albufeiras de águas públicas de serviço público http://dre.pt/pdf1s/2006/02/031B00/11421148.pdf</p> <p>Autoridade Marítima Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março Estabelece, no âmbito do sistema da autoridade marítima, as atribuições, a estrutura e a organização da autoridade marítima nacional http://dre.pt/pdf1s/2002/03/052A00/17521758.pdf</p> <p>Utilização dos recursos hídricos Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos http://dre.pt/pdf1s/2007/05/10502/00240049.pdf</p> <p>Albufeiras de águas públicas Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio Aprova o regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas http://dre.pt/pdf1s/2009/05/09400/0301403032.pdf</p>